



ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

“Palácio João Rodrigues Viana”

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



DECRETO Nº 013/2020/GP-PMCA

PUBLICADO NO PAÇO
MUNICIPAL NESTA DATA.
EM: 20/03/2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO ARARI, À PANDEMIA DO CORONA VÍRUS (COVID-19).

O Prefeito Municipal de Cachoeira do Arari Sr. Jaime da Silva Barbosa, no uso de suas atribuições constitucionais e legais que decorrem do exercício do cargo e;

CONSIDERANDO o reconhecimento, por parte da Organização Mundial da Saúde, como pandemia o surto do Corona vírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e no Decreto Estadual nº 609, de 16 de Março de 2020 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO as recomendações adotadas pelo Comitê Intermunicipal (Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure) do COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º- Este Decreto dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Município de Cachoeira do Arari, à pandemia do Corona vírus COVID-19.

Art. 2º- Fica suspenso, pelo período de vigência do decreto, o seguinte:

I – Aglomeração de pessoas nos prédios públicos, praças e locais públicos ou privados utilizados para lazer, tais como ginásios, campos de futebol, arenas e congêneres

II - o licenciamento e/ou autorização para eventos, reuniões e/ou manifestações, passeatas ou carreatas, de caráter público ou privado, e de qualquer espécie, inclusive de cunho religioso, que promovam aglomeração de pessoas;

III - o deslocamento, no interesse do serviço, de servidores públicos, empregados públicos e colaboradores eventuais da Administração Pública Municipal, para outras cidades, salvo com autorização expressa do Chefe do Executivo;

IV - o agendamento de novos eventos públicos ou privados que importem em aglomeração de pessoas, no prazo deste decreto; e

V - a concessão e o gozo de férias, licença-prêmio ou licença para tratar de interesses particulares nos órgãos e entidades da área de **segurança pública e de saúde** ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia.

VI - o atendimento presencial nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, quando este puder ser mantido de modo eletrônico ou telefônico;

VII- os prazos dos processos administrativos em tramitação, com exceção dos processos de aplicação de multa e embargo/cassação da licença/permissão de uso de estabelecimentos que descumprirem as



ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

“Palácio João Rodrigues Viana”

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



medidas e determinações deste decreto, bem como dos decretos e leis estaduais e federais que tratam sobre as medidas de enfrentamento e combate ao COVID-19;

§ 1º - Para garantia do disposto no inciso II deste artigo, a fiscalização será realizada pela Vigilância Sanitária, Força de Segurança Pública e demais órgão de fiscalização do município.

§ 2º - Para o disposto neste Decreto, considera-se “**Aglomerado**”: Ação de se aglomerar, de se misturar, aglomeração de pessoas, aglomeração urbana/ Conjunto de pessoas que se reúne no mesmo lugar, com o objetivo de deliberar ou para discutir assuntos e temas específicos, congregação, reunião/ direito que têm os cidadãos de fazer reuniões públicas, qualquer que seja seu objetivo, sem armas.

Art. 3º- Conforme recomendação adotada pelo Governo do Estado do Pará:

I – Fechamento de Bares, Restaurantes, Lanchonetes, Casas Noturnas e demais estabelecimentos que pela natureza da atividade importem em grande circulação de pessoas e risco de contaminação, pelo prazo estabelecido neste decreto, excetuando o serviço de *delivery* e retirada de comida devidamente embalada;

II- Intensificar a fiscalização de higienização no transporte público intermunicipal.

III- Intensificar a fiscalização em açougues e abatedouros de carne, mercado de peixe e demais estabelecimentos que trabalhem com alimentos in natura.

IV – Os comércios que funcionem no âmbito do município deverão fornecer aos seus empregados, equipamentos de proteção, tais com: mascarás, luvas, álcool; com o fim de evitar a proliferação do vírus aos empregados e consumidores.

§ 1º - Para garantia do disposto neste artigo, a fiscalização será realizada pela Vigilância Sanitária, Força de Segurança Pública e demais órgão de fiscalização do município.

Art. 4º- O comércios que não se enquadrem no inciso I do artigo anterior deverão observar o controle do fluxo de pessoas, de modo a evitar aglomerações e respeitando a distância mínima de 1 (um) metro, conforme determinação do Decreto Estadual nº 609/2020

Art. 5º- Com base nas recomendações adotadas pelo Comitê Intermunicipal (Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure) do COVID-19:

I - Restringir a entrada de ônibus, vans, lanchas e meios de transportes similares de turismo e seus ocupantes, considerando que sejam oriundos de lugares onde há contaminação por COVID-19, com exceção dos moradores do município.

§ 1º- Para garantir o disposto neste artigo e evitar a entrada de pessoas contaminadas, oriundas de outras cidades, a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária manterão postos itinerantes de atendimento e orientação no Trapiche Municipal e na Entrada da Cidade por meio da PA154.

§ 2º- **Proibição da parada de lanchas e outros meios de transportes que não façam linha regular ao município de Cachoeira do Arari conforme estabelecido pela ARCON.**



ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

“Palácio João Rodrigues Viana”

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



Parágrafo Único: o disposto neste artigo não se aplica aos meios de transporte de alimentos que entrem no município com o fim de abastecimentos dos comércios locais.

Art. 6º - Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta poderão, a seu critério, autorizar:

I – a liberação de servidores:

- a) tenham idade maior ou igual a 60 (sessenta) anos;
- b) estejam grávidas ou sejam lactantes;
- c) apresentem doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, hipertensão ou com imunodeficiência, **devidamente comprovadas por atestado médico público ou privado**;
- d) apresentem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldades para respirar e batimento das asas nasais); ou
- e) tenham retornado de viagem a local onde haja casos confirmados de transmissão sustentada da COVID-19; e

II - a concessão de férias e licença-prêmio em unidades que possam ter sua carga de trabalho reduzida sem prejuízo ao serviço e ao atendimento à população e;

III - a realização de trabalho remoto em todas as unidades em que sua realização seja possível e sem que haja prejuízo ao interesse público e ao atendimento à população, além de redução de horário de funcionamento de órgão públicos caso necessário.

§ 1º No caso do inciso I, alínea “e”, o período de afastamento, a contar do regresso da viagem, será de 14 (quatorze) dias.

Art. 7º - Observado o disposto neste Decreto, fica mantido o expediente em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

§ 1º - As aulas das escolas da rede de ensino público municipal ficam suspensas até o dia 21 de abril de 2020.

§ 2º - A contar do dia 22 de abril de 2020, a suspensão das aulas na rede de ensino público municipal deverá ser compreendida como antecipação das férias escolares do mês de julho, com duração de 15 (quinze) dias, para os professores efetivos e temporários, técnicos de apoio, serventes, serviços gerais e merendeiras.

Art. 8º - Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta da área de **segurança pública e de saúde ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia** poderão, a seu critério, interromper ou suspender os afastamentos dos seus agentes, afim de atender ao interesse público.

Art. 9º - O Secretário de Saúde poderá emitir portarias com novas orientações, especialmente de medidas relacionadas a Saúde Pública, no âmbito Municipal.



ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

“Palácio João Rodrigues Viana”

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



Art. 10- Informações oficiais serão publicadas no site da Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari (<http://cachoeiradoarari.pa.gov.br/>) e na página oficial do Facebook (**ASCOM PMCA**).

Art. 11- Este Decreto entra em vigor na data de 16 de Abril de 2020 e poderá ser revisto a qualquer tempo, de acordo com a evolução epidemiológica do COVID-19 no Estado do Pará, em consonância com as determinações emanadas pelo Governo do Estado do Pará.

Art. 12- O Ente Federativo Municipal, através do Prefeito Municipal, Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração e Planejamento poderá **editar Recomendações**, no intuito de orientar a população sobre medidas preventivas e restritivas necessárias para o enfrentamento da pandemia ocasionada pela proliferação do Corona Vírus (covid-19). *(Incluído pelo Decreto nº014/2020, de 23 de Março de 2020)*

Art. 13- O disposto neste decreto deve ser observado em conjunto com as determinações exaradas no Decreto Estadual nº 609, de 16 de Março de 2020, e suas alterações posteriores.

Art. 14- Ficam revogadas as determinações em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cachoeira do Arari, 20 de Março de 2020.



JAIME DA SILVA BARBOSA
Prefeito Municipal.

- Republicado em 15 de Abril de 2020, em virtude de complementações adicionais.



ESTADO DO PARÁ

Poder Executivo Municipal

“Palácio João Rodrigues Viana”

CNPJ Nº 04.884.482/0001-40



DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE

Declaramos para os devidos fins de direito que o **Decreto nº 013/2020/GP** de **REPUBLICADO EM 15 DE ABRIL EM VIRTUDE DE COMPLEMENTAÇÕES ADICIONAIS**, Decretado no dia **20/03/2020**, **QUE DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO ARARÍ, À PANDEMIA DO CORONA VÍRUS (COVID-19)** em respeito ao princípio Constitucional da Publicidade, foi publicada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal no dia 15 de Abril de 2020.

Cachoeira do Arari, 15 de Abril de 2020.



Adriano Figueiredo Leite

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

